

VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE INTIMIDADE NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS

JOSÉ MANUEL MENDES
MADALENA DUARTE
PEDRO ARAÚJO
RAFAELA LOPES

RESUMO

Este artigo apresenta os principais resultados de um estudo que procurou avaliar as percepções e os comportamentos dos/as estudantes do Ensino Superior em Portugal quanto à violência nas relações de intimidade. Se o tema da violência nas relações de intimidade começa a assumir alguma relevância em Portugal, o estudo mostra que os/as estudantes do Ensino Superior se dissociam dessa percepção e não ativam comportamentos de denúncia ou mesmo de prevenção. Este resultado deve ser compreendido tendo em conta as lógicas e os comportamentos específicos dos/as estudantes do Ensino Superior. A entrada na Universidade e o subsequente percurso académico podem ser definidos como um período de transição durante o qual os/as estudantes são confrontados com o imperativo de uma redefinição identitária baseada na experimentação, na definição dos limites pessoais e grupais. Neste estudo, apoiado na realização de grupos de discussão (*focus groups*), aborda-se a especificidade do mundo académico através da análise da forma como os/as estudantes lidam com os rituais da praxe académica (trote), das negociações quanto à definição dos papéis de homens e mulheres, dos espaços de convivialidade e das lógicas de sedução.

PALAVRAS - CHAVE

Violência, relações de intimidade, rituais, ensino superior, Portugal .

A violência nas relações de intimidade contra as mulheres é um problema antigo profundamente enraizado na maioria das sociedades. Quando as autoras feministas começaram a escrever sobre a violência contra as mulheres, já várias reflexões tinham sido feitas sobre o fenómeno, sobretudo por autores e autoras da área da saúde mental. Tais explicações ajudaram a reforçar a perspectiva de que qualquer forma de violência contra as mulheres era rara e que os homens que a cometiam eram invulgares, atípicos e patológicos (Duarte 2013). Impondo-se como contracorrente a estes estudos que circulavam na década de 1970, e desde então, a investigação feminista procurou desconstruir os valores ideológicos contidos em tais pressupostos, demonstrando, não só, que a violência de homens sobre mulheres numa relação de intimidade era mais frequente do que o que se fazia crer, como que a ênfase na psicopatologia para explicar a violência contra mulheres era mal conduzida e perversa, pois a violência contra mulheres resulta de “padrões normais psicológicos e comportamentais da maioria dos homens” e não do consumo de álcool ou de infâncias problemáticas (Bograd 1990: 13). A violência nas relações de intimidade passou, deste modo, a ser exposta pelos feminismos como tendo base nas desigualdades hierárquicas resultantes das diferenças entre o feminino e o masculino e dos discursos sociais construídos à sua volta (Duarte 2013). Contudo, a realidade demonstra que, não só estes mitos continuam associados a este tipo específico de violência, criando imagens tipo de vítimas e agressores, como também persiste uma identificação desta violência com o seio conjugal e familiar (Santos *et al.* 2012).

Neste artigo apresentam-se os resultados de um estudo solicitado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)¹ ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra no qual se pretendeu, através da realização de grupos de discussão (*focus groups*), abordar o tema da violência nas relações de intimidade no Ensino Superior em Coimbra (Portugal).

Se o tema da violência nas relações de intimidade começa a assumir relevância em Portugal, sobretudo como consequência da criminalização da violência doméstica² e da multiplicação de políticas sociais dirigidas às vítimas, o presente estudo procura dar um contributo para o conhecimento das experiências e representações dos/as estudantes do Ensino Superior, e mais concretamente da Universidade de Coimbra, relativamente 1) à violência nas relações de intimidade, 2) às imagens que têm dos perpetradores e das vítimas e, por fim, 3) à questão de saber se ativam comportamentos de denúncia ou de

1 Projeto UNISEXO — Prevenção da Violência Sexual no Ensino Superior, coordenado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que visa atuar na área da prevenção da violência sexual no Ensino Superior, focando especificamente as relações ocasionais e de namoro estabelecidas pelos/las estudantes universitários/as.

2 Assim tipificada no artigo 152.º do Código Penal Português desde 2007.

prevenção. A hipótese levantada é que a visão dos/as estudantes de ambos os sexos deste tipo de violência entre os seus pares é moldada pelas lógicas ritualistas e boémias do meio académico. Isto obriga-nos a olhar para as opiniões dos/as estudantes cruzando experiências e quotidianos de violência sofrida no contexto académico com as suas conceções de violência nas relações de intimidade.

VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE EM PORTUGAL: ENQUADRAMENTO GERAL

A questão da violência em relações de intimidade, exercida sobretudo sobre as mulheres, não é um fenómeno recente. No entanto, em Portugal, a preocupação pública com este tipo de violência emergiu tardiamente, comparativamente com outros países europeus, resultado de uma ditadura política opressora dos direitos das mulheres nas esferas pública e privada que durou cerca de 48 anos. Com a revolução democrática de 1974, a invisibilidade institucional a que era votada a violência doméstica começou a ser dirimida e, progressivamente, foram delineadas estratégias de combate, por parte da sociedade civil organizada e do Estado, a este tipo de violência. Para tal muito contribuíram as associações e grupos feministas que procuraram colocar na agenda política a luta contra a violência sobre as mulheres, ainda que fazendo face às fragilidades dos feminismos, no contexto histórico e político do país. De acordo com Manuela Tavares (2011), a tentativa de colocar a violência contra as mulheres na agenda política partiu da corrente do feminismo radical em Portugal. Foram as suas ativistas que saíram para as manifestações com os primeiros cartazes que diziam: “Não à violência contra as mulheres em casa e na rua”. Estas movimentações, a par de recomendações internacionais, contribuíram para a emergência, com o Código Penal de 1982, do crime de maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges. Mas é na década de 1990 que se começa a desenhar um cenário mais favorável no que respeita ao combate institucional a este tipo específico de violência, e é também nesta década que começa a ganhar expressão a investigação sociológica sobre a violência doméstica em Portugal (Lourenço *et al.* 1997; Casimiro 1998; Pais 1998).

A reforma penal de 2007, aprovada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, introduziu alterações significativas. Desde logo, procedeu-se à autonomização do tipo legal de crime intitulado “violência doméstica”, atualmente previsto e punido pelo artigo 152.º do Código Penal. Para além desta autonomização, outras alterações foram relevantes, em particular a eliminação definitiva dos requisitos de reiteração ou intensidade da violência infligida; e o alargamento do tipo relacional existente entre agente e vítima para a qualificação do crime de violência doméstica indo claramente para além do escopo da conjugalidade.

A violência doméstica entre cônjuges ou análogos representa cerca de 7,3% de toda a criminalidade participada, tendo sido, em 2012, o quinto crime mais participado (RASI 2012). Uma análise comparativa do número de ocorrências de violência doméstica registadas pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e pela Guarda Nacional Republicana (GNR) denota uma tendência de crescimento, com 11162 queixas apresentadas em 2000 e 31235 em 2010. A partir de 2010 nota-se um decréscimo, com 28980 queixas apresentadas em 2011 e 26084 em 2012 (61% referentes a casos de violência entre cônjuges ou companheiros/as; 17% entre ex-cônjuges ou ex-companheiros/as). Consolidando tendências anteriores, 82% das vítimas é do sexo feminino, com 25 ou mais anos de idade, e os agressores maioritariamente homens (87%).

Uma análise do estado da arte nesta matéria, bem como a criminalidade reportada, revela duas evidências que suscitam, simultaneamente, duas invisibilidades. Em primeiro lugar, destaca-se a violência física e psicológica, o que contribui para uma maior invisibilização e menor compreensão da violência sexual quando exercida no âmbito de uma relação de intimidade (Dantas-Berger e Giffin 2005). Um inquérito realizado em 1993 e replicado em 2001 pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra que procurava auscultar as opiniões e representações dos cidadãos e cidadãs relativamente à justiça e à administração dos tribunais, dá conta desta questão (Santos *et al.* 1996).³ Perguntou-se aos inquiridos e inquiridas se “Um tribunal pode condenar um homem por bater na mulher?”. A grande maioria respondeu afirmativamente, salientando-se, entre 1993 e 2001, um aumento do conhecimento da lei (87,8%, em 1993 e 91,7%, em 2001). O nível de conhecimento diminuiu, porém, quando a pergunta incidiu sobre a violência sexual perpetrada por cônjuges. Confrontados com a questão, “A mulher pode recorrer ao tribunal contra o marido que a forçou a ter relações sexuais contra a sua vontade?”, 68,7%, em 1993, e 73,4%, em 2001, dos/as inquiridos/as responderam afirmativamente.

Verifica-se, pois, que o conhecimento sobre a natureza jurídica da violência tradicionalmente concebida como tal (“bater na mulher”) é superior ao conhecimento sobre a natureza jurídica de uma forma de violência que na sociedade patriarcal tende a não ser definida como tal (“relações sexuais forçadas”). As mesmas questões foram repetidas numa sondagem efectuada no âmbito da avaliação do II Plano Nacional para a Igualdade (Ferreira *et al.* 2007), constatando-se uma tendência semelhante. No que diz respeito à primeira questão, 97,9% responderam afirmativamente e, na segunda, esse valor foi de 87,9%. Em ambos os inquéritos verificou-se que as respostas negativas foram dadas em maioria por mulheres. Contudo, também a violência sexual é uma forma de violência

3 O objetivo do estudo era o de apurar o que os cidadãos sabiam ou ignoravam sobre o direito e os tribunais, que representações tinham acerca do seu desempenho e funções, como os avaliavam à luz de experiências próprias ou de familiares e que disponibilidade efetiva revelavam para recorrer aos tribunais quando se deparavam com situações em que esse recurso estava previsto. O inquérito foi aplicado em 2001 a uma amostra representativa de 2248 pessoas, 42,4% das quais do sexo feminino.

significativa, embora oficialmente menos reportada. O Inquérito Nacional “Violência de Género” (Lisboa *et al.* 2009) foi aplicado a uma população com 18 ou mais anos, de ambos os sexos, residente no continente. Segundo os dados do inquérito — aplicado em 2007 — a violência exercida contra as mulheres assume múltiplas expressões, com pesos estatísticos diferentes em relação ao total de vítimas — violência física (22,6%), violência sexual (19,1%), violência psicológica (53,9%) e violência de discriminação social (52,9%).

Dentro da violência sexual, destacam-se “obscenidades com o objetivo de assediar”, “tentativa de contacto físico com conotação sexual”, “mensagens escritas/telefônicas com o objetivo de assediar”, “exibição de órgãos sexuais, de modo a sentir-se ofendida/ultrajada no seu pudor” e “tentativa de ato sexual forçado, ameaçando magoá-la a si ou a alguém próximo” (*Idem*). Vemos, pois, que a violência sexual apresenta um leque abrangente de atos. Embora o abuso sexual seja em regra definido como “uma interação sexual conseguida contra a vontade do outro, através do uso da ameaça, da forma física, persuasão, uso de álcool/drogas, ou recurso a uma posição de autoridade” (Koss 1988: 10), o seu âmbito é mais vasto. Numa definição mais abrangente, a violência sexual pode ser entendida como qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários sexuais indesejados ou avanços, por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente (Randall e Haskell 1995; OMS 2002).

Em segundo lugar, o predomínio oficial da violência nas relações de intimidade no âmbito da conjugalidade, leva a que, não obstante a maior abrangência da atual lei, sejam vários/as aqueles/as que, mesmo trabalhando no terreno (como é o caso, por exemplo, dos operadores legais), têm dúvidas se pode ser considerada violência doméstica aquela que corre durante o namoro, seja física, psicológica, verbal e/ou sexual (Duarte 2013). Embora os poucos estudos que existem sobre violência sexual em relações de intimidade se refiram à violação e às relações de conjugalidade, a verdade é que múltiplas investigações têm demonstrado que esta é uma realidade cada vez mais frequente entre adolescentes e jovens (Siverman *et al.* 2001; Halpern *et al.* 2001), sublinhando a extrema importância de desenvolvimento de programas de prevenção primária (Weisz 2009) e de campanhas de prevenção. Neste sentido, seguem alguns estudos apontados por Schwartz e DeKeseredy que demonstram que uma em quatro universitárias admite ter sofrido comportamentos abusivos, e que os jovens têm uma ideia errada sobre a violência no namoro, desculpabilizando diversos comportamentos violentos e não considerando certos atos como configurando situações de violência sexual. (e.g. Schwartz e DeKeseredy 1997).

Também em Portugal algumas pesquisas demonstram inequivocamente que esta violência começa cada vez mais cedo nas relações de intimidade e que nem sempre as relações são interrompidas como consequência da mesma (Santos *et al.* 2012; Neves 2012). Os estudos, escassos é certo, centrados somente na população universitária tendem a ir

ao encontro desta tendência: Oliveira e Sani (2005)⁴, por exemplo, indicam que 52% dos/as inquiridos/as na Universidade selecionada admitiram ter agredido o/a seu/sua companheiro/a, e 42% admitiram ter sido vítimas de agressão nas suas relações de intimidade. F. Mendes (2006), por sua vez, indica uma percentagem de vitimação de pelo menos um ato abusivo que ronda os 12,1%.⁵

No que especificamente diz respeito ao tipo de violência exercida, os estudos atrás mencionados, a par de outros, evidenciam uma prevalência da violência psicológica e de violência física sem sequelas (Machado *et al.* 2008; Duarte e Lima 2006; Paiva e Figueiredo 2004) e, numa percentagem mais reduzida, ações de coerção sexual (Costa e Sani *apud* Caridade 2011).⁶

Assim, destacamos o estudo de Paiva e Figueiredo (2004) realizado com 318 estudantes do Ensino Superior com idades compreendidas entre os 19 e os 39 anos de idade (46,2% do sexo masculino e 53,8% do sexo feminino). Neste estudo, foi aplicada a versão portuguesa do Questionário *Revised Conflict Tactics Scales* (Straus *et al.* 1996) o que permitiu conhecer a prevalência dos diferentes tipos de abuso em jovens adultos. Os resultados revelaram que 50,8% dos inquiridos/as foram vítimas de violência psicológica, 25,6% foram vítimas de coerção, 15,4% de violência física sem sequelas, e 3,8 %, foram vítimas de violência física com sequelas. O estudo analisou também os dados de perpetração que se encontram significativamente associados com a vitimização. Estes dados sublinham a importância de aprofundar a investigação sobre violência nas relações de intimidade em populações mais jovens e fora da conjugalidade, mesmo porque várias histórias de violência prolongadas no tempo tiveram início ainda no tempo de namoro (ver Santos *et al.*, 2012).

O presente estudo, focando-se na população universitária de Coimbra, parte da relevância da violência nas relações de intimidade no namoro para perceber se as perceções sobre esta por parte dos/as estudantes, se entrecruza com representações sobre outros atos, tidos ou não como abusivos, desta feita no espaço público. Procurámos atender à cultura específica em que os/as estudantes de Coimbra se encontram inseridos/as, sendo importante conhecer em que posição se colocam face a uma tradição instituída e as repercussões que a mesma terá na sua vivência e visão da violência. Deste modo, para além de questões comuns nos estudos sobre violência nas relações de intimidade, foi nosso objetivo perceber de que modo a praxe académica (o trote) pode influenciar as perceções ou, até, promover comportamentos que se enquadram nessa mesma violência.

4 Estudo realizado junto de 227 estudantes da Universidade Fernando Pessoa (Lisboa), com idades compreendidas entre os 18 e os 50 anos, e com uma média de idades de 24 anos.

5 No âmbito deste estudo foram inquiridos/as 354 jovens adultos/as a frequentarem o Ensino Superior, com idades compreendidas entre os 17 e os 37 anos.

6 De acordo com Costa e Sani, a vitimização em situações de abuso físico sem sequelas era de 26,7%, junto dos/as 345 estudantes universitários/as inquiridos/as, enquanto na coerção sexual a taxa de vitimação era de 24,4%.

A praxe reúne a ideia de hierarquias bem definidas no seio da instituição universitária dando origem a uma controvérsia vincada que se tem destacado na opinião pública.

Importa, pois, enquadrar o fenómeno no seu contexto sociocultural e histórico para, seguidamente, analisar um dos temas mais sensíveis que tem sido associado à praxe: o tema da violência (Estanque 2007).

VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE INTIMIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA

METODOLOGIA

No estudo que ora se apresenta utilizámos como técnica de recolha de dados, os grupos de discussão (*focus group*), uma técnica que consiste em grupos de discussão informal e de tamanho reduzido, cujos participantes partilham características comuns. Esta tem-se revelado uma técnica extremamente útil quando se pretende obter dados qualitativos que necessitam de ser aprofundados. Os grupos de discussão permitem, de facto, conhecer as perceções dos participantes sobre os tópicos em discussão e observar a interação dos intervenientes. Os grupos de discussão concentram-se no papel do grupo na produção da interação e no papel dos moderadores na orientação dessa interação (Morgan 1998).⁷

Durante a fase do planeamento a equipa de investigação procedeu à revisão da primeira versão do guião criando novos campos que permitissem uma contextualização da situação dos/as estudantes participantes, de forma a criar uma sequência temática na condução das sessões, começando por situações mais genéricas das mudanças ocorridas com a entrada no Ensino Superior e progredindo para noções mais específicas sobre os conceitos de violência. Com a utilização de questões abertas apurou-se o vocabulário dos/as participantes, pelo que, após a sessão experimental, foram detetados algumas frases e expressões que não se adequavam ao público-alvo, tendo sido reformuladas as questões em função do novo vocabulário trazido para a discussão.

O estudo foi dirigido aos/às estudantes da Universidade de Coimbra das oito

⁷ São vários os autores que abordam a questão do número ideal de participantes que devem compor um grupo de discussão. Não havendo consenso neste domínio, na esteira de Morgan (1998) e Smithson (2008), optámos por adotar como critério de referência dez participantes por sessão. Considerámos que um grupo muito pequeno poderia inibir a participação alargada, assim como um número demasiado grande não permitiria que todos se pudessem expressar. No caso do nosso estudo, verificámos que, embora alguns estudantes não tenham participado verbalmente nos grupos em que estavam integrados, a sua presença funcionou como uma forma de apoio emocional e não-verbal aos colegas presentes nos grupos de discussão. Os grupos foram moderados por dois elementos. Os grupos femininos e masculinos foram moderados por mediadores do mesmo sexo. Os grupos mistos tiveram um mediador de cada sexo. Os assuntos foram abordados de acordo com o guião previamente estabelecido, mas com a flexibilidade necessária para que pudessem ser ouvidas as diversas opiniões, experiências, ideias, observações, preferências e outras informações sobre o tema em estudo.

faculdades, provenientes dos vários anos de licenciatura ou mestrado integrado. Atendendo aos objetivos do estudo, pretendíamos que os/as estudantes fossem provenientes do 1º, 2º e 3º anos. Distribuímos a amostra tendo em conta, o sexo, o ano de frequência e a faculdade de origem. Uma vez que a recetividade não foi igual em todas as faculdades, a representatividade da amostra foi condicionada pela disponibilidade dos/as participantes. Assim, tal como se pode verificar no quadro 1, participaram no nosso estudo 58 estudantes universitários, dos quais 26 (44,8%) do sexo masculino e 32 (55,2%) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

Quadro 1. Caracterização da amostra

Item	Categoria de Resposta	N	%
Sexo	Masculino	26	44,8
	Feminino	32	55,2
Curso (Faculdade)	Bioquímica/Engenharia eletrotécnica e de computadores/Engenharia Mecânica (Faculdade de Ciências e Tecnologia)	7	12,1
	Direito (Faculdade de Direito)	7	12,1
	Línguas modernas (Faculdade de Letras)	5	8,6
	Medicina (Faculdade de Medicina)	6	10,3
	Sociologia e Gestão (Faculdade de Economia)	13	22,4
	Psicologia (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação)	6	10,3
	Ciências Farmacêuticas (Faculdade de Farmácia)	3	5,2
	Ciências do Desporto (Faculdade de Desporto)	11	19,0
Ano	1º	20	34,5
	2º	8	13,8
	3º	25	43,1
	4º	4	6,9
	5º	1	1,7
Residência	Deslocados do local de origem	45	77,6
	A residir com a família	13	22,4
			N= 58

Foram realizados seis grupos de discussão: dois mistos, dois femininos e dois masculinos. Esta opção pela separação dos grupos de discussão por sexo tornou-se mais relevante após os resultados obtidos no grupo de discussão misto. Com efeito, a metodologia

do grupo de discussão dificulta a abordagem de temas mais sensíveis ou com carga emocional associada, dado o grau de exposição que pressupõe. Numa análise da literatura sobre os grupos de discussão, Morgan (1998) destaca que, em comparação com outros métodos, a vantagem dos grupos de discussão é a possibilidade de esclarecer motivações e comportamentos complexos, resultantes daquilo a que chamou “efeito do grupo”. Sendo uma técnica grupal, em que todos são convidados a se expressarem e a tomar posição, a participação efetiva refletirá as representações e crenças passíveis de partilha. A interação entre os participantes faz com que o resultado final seja mais do que a soma das opiniões individuais, pois os grupos de discussão permitem igualmente uma avaliação do grau de consenso e da diversidade de opinião dos participantes. O tema abordado neste artigo, a violência íntima, obrigou à criação de grupos de discussão separados entre homens e mulheres para permitir a expressão mais livre e a descrição de práticas e experiências dos participantes neste campo.

Em cada grupo encontravam-se estudantes de diferentes anos e de diferentes cursos. Para o recrutamento dos/as estudantes procedeu-se à divulgação dos grupos de discussão junto das faculdades, através dos núcleos representantes de estudantes, professores, gabinetes de apoio ao estudante e de panfletos. Os/as estudantes que desejassem participar no estudo deveriam inscrever-se de forma a serem posteriormente contactados/as. Os/as participantes receberam um incentivo monetário no valor de 10 euros. O primeiro grupo misto teve uma função experimental de teste e ajustamento do guião a utilizar nos grupos de discussão. No entanto, dada a importância dos dados obtidos através dessa sessão de trabalho, os mesmos foram integrados na análise dos resultados. Todas as sessões foram registadas em vídeo e em suporte áudio, de modo a, posteriormente, permitir a análise de conteúdo.

Os dados obtidos foram analisados a partir de uma análise de conteúdo qualitativa exploratória (Denzin e Lincoln 2005) seguindo os preceitos estabelecidos pela teoria ancorada (*grounded theory*), na sua aceção mais tradicional (Glaser e Strauss 1967; Strauss 1990; Strauss e Corbin 1993), e na versão mais recente proposta por Kaufmann (2011). De forma mais precisa, procedemos a uma adaptação do método relacional proposto por Natasha Mauthener e Andrea Dooreta (1998). Estas autoras propõem um método relacional para a análise das entrevistas, centrado nas vozes que dialogam nesses encontros, que transpusemos para a grelha analítica aplicada às gravações em vídeo dos grupos de discussão. Assim, foram feitos quatro visionamentos das gravações completas dos grupos de discussão, cada um com um objetivo específico (1998: 126-132). O primeiro visionamento procurou deslindar o enredo (acontecimentos principais; protagonistas e sub-enredos) e as respostas dos moderadores dos grupos de discussão ao que estava a ser dito. O segundo visionamento procurou situar a “voz” dos diferentes participantes, isto é, como estes sentiam e falavam de si e das suas experiências, e que pronomes pessoais foram usados (eu, nós, tu). Segundo as autoras, é esta procura da voz de cada pessoa

que distingue o método relacional, pois este centra-se mais na ação e na interação entre as pessoas. Um terceiro visionamento centrou-se nas relações interpessoais e nas redes sociais mais vastas invocadas. Um quarto visionamento procurou situar os/as participantes em contextos culturais e estruturais mais amplos.

Numa segunda fase, cada sessão foi resumida (1 a 2 páginas) e procedeu-se a uma análise temática comparativa, seguindo de perto os temas e sub-temas presentes nos guiões.

ALGUMAS PISTAS DE INVESTIGAÇÃO

HÁBITOS DE SOCIABILIDADE

Mudanças com a entrada no Ensino Superior

Os *focus group* evidenciaram que a entrada no Ensino Superior constitui um marco importante na transição para o estatuto de adulto e é marcado por mudanças significativas. Este marco é sobretudo evidente para aqueles/as cuja mudança inclui a saída de casa e a assunção de responsabilidades inerentes a uma nova autonomia.⁸

A assunção de responsabilidades em tarefas quotidianas que promovem a autonomia e o crescimento, transversal a homens e mulheres, são sobretudo relatadas por aqueles/as que vieram de localidades fora de Coimbra e que se encontram deslocados/as do seu ambiente familiar. Tarefas domésticas, gestão de dinheiro, gestão do tempo, transportes e horários, práticas educativas mais autónomas, são as responsabilidades relatadas por muitos/as nesta nova fase de vida. Neste ponto notam-se diferenças por sexos, na medida em que algumas mulheres relatam ter já uma experiência prévia de responsabilidade, sobretudo no que concerne às tarefas domésticas, no seu núcleo familiar de origem.

Ademais, aqueles/as que deixam a casa de família sentem uma nova sensação de liberdade que contempla a possibilidade de fazerem escolhas, sobretudo relativamente aos hábitos de sociabilidade (com quem, onde e quando saem). Vivem e experienciam novas situações que marcam a passagem pelo Ensino Superior e toda uma identidade construída durante este período. Experiências de associativismo, de novas formas de convívio, de experimentação e de teste dos limites pessoais, são alguns exemplos daquilo que foi relatado como as grandes diferenças relativamente ao período anterior. Esta

⁸ Uma pequena minoria dos/as participantes refere não ter vivido alterações significativas com a entrada no Ensino Superior. Este pequeno grupo é composto por estudantes provenientes de Coimbra, que continuam a viver em casa dos pais e mantêm as relações de amizade que construíram ao longo do Ensino Básico e Secundário. Existem, no entanto, estudantes naturais de Coimbra que relatam a criação de novos círculos de amigos e um afastamento dos grupos de amigos do Ensino Secundário, um processo que consideram natural e justificado pelas diferenças de cursos em que estão inscritos, aos horários diferenciados e até à saída de alguns dos amigos para outras cidades. Este afastamento em relação aos colegas do Ensino Secundário é um processo progressivo e natural, relatado igualmente por aqueles/as que são de fora de Coimbra.

liberdade é, no entanto, sentida também como um fator de acrescida responsabilidade. A ideia de uma maior liberdade associada a uma maior responsabilidade foi referida tanto por homens como por mulheres. No entanto, foi salientado em todos os grupos que a liberdade é mais sentida e vivida pelas mulheres, sobretudo quando provenientes de meios rurais e mais conservadores.

A relação dos/as estudantes com as suas famílias também sofre alterações. Para os/as estudantes que “vêm de fora”, a família passa a estar mais ausente, embora esteja presente nos momentos das festas académicas (Cortejo de Latada e Queima das Fitas), sendo muitas vezes o momento em que os pais se confrontam com a nova realidade em que os/as filhos/as passaram a estar integrados/as. Para os/as “estudantes de Coimbra”, as relações com a família também podem sofrer alterações, uma vez que, estando integrados/as num meio académico cujas dinâmicas de sociabilidade implicam outros ritmos e mais momentos fora do espaço doméstico, iniciam-se processos de negociação de autonomia entre estudantes e pais durante os quais, quando o/a estudante não consegue marcar a diferença com os tempos do Ensino Secundário, se geram momentos de conflito familiar.

O conjunto das mudanças nas práticas educativas e nos modos de sociabilidade geram um sentimento de responsabilidade e, inerentemente, uma noção subjetiva de crescimento individual. É reconhecido por vários/as participantes a importância das famílias para a interiorização do sentido de responsabilidade. Encontra-se uma relação direta nos/as participantes nos grupos de discussão que organizámos entre aqueles/as a quem foi outorgada uma autonomia pessoal no Ensino Secundário e que agora, como estudantes universitários/as, testam os seus limites de forma mais moderada. O controlo familiar excessivo durante o Secundário parece conduzir a situações mais extremas de experimentação na passagem pelo Ensino Superior. As mulheres provenientes de localidades fora de Coimbra são o grupo no qual se observa diferenças mais significativas neste aspeto, uma vez que, com a vinda para Coimbra, conquistam a possibilidade de frequentarem certos espaços e de viverem novas experiências.

Hábitos de sociabilidade

Com a entrada no Ensino Superior, o/a estudante aumenta significativamente o número de pessoas com as quais socializa. Em todos os grupos houve uma referência clara à importância do conhecimento de pessoas vindas de todo o país como uma possibilidade de crescimento e de enriquecimento pessoal. Destas novas interações resulta a possibilidade de novos tipos de relacionamento social. Vários/as estudantes revelaram terem encontrado a possibilidade de ter conversas “mais interessantes”, onde podem desenvolver o seu sentido crítico e capacidade de reflexão pessoal.

A vida dos/as estudantes é claramente marcada por dois ritmos: o dia, com práticas de estudo e pautado pela quotidianidade, e a noite, com comportamentos e práticas

de experiência, de saída, de ingestão de álcool, de partilha, de procura e de teste e ultrapassagem dos limites.

São notórias as diferenças relativamente às saídas noturnas que ocorriam durante o Ensino Secundário, que eram esporádicas e realizadas sobretudo ao fim de semana. A noite na Universidade de Coimbra está ritualizada com saídas às terças-feiras e às quintas-feiras, com espaços de convívio específicos, hierarquizados conforme os objetivos de sociabilidade (conversar, encontros ocasionais, etc.) e que são conhecidos por todos/as os/as estudantes.

As experiências de convivialidade são muito heterogêneas. Os/as estudantes que estudaram em Coimbra durante o Secundário, na sua generalidade, não sentem diferenças significativas ao nível das saídas noturnas, dado que durante o Secundário já frequentavam alguns desses espaços de diversão noturna. Alguns/mas deles/as reconhecem que a grande diferença está na frequência com que passam a ir a esses espaços. Em relação aos/às estudantes de fora de Coimbra, as mudanças nos padrões de saída à noite são evidentes, sobretudo naqueles/as provenientes de meios rurais, onde os espaços noturnos eram frequentados por um número menor de pessoas e com outras dinâmicas. As diferenças relatadas são mais significativas naqueles/as cuja liberdade se encontrava mais limitada pelas famílias de origem, que impunham limites e regras claras nas saídas noturnas. Estes/as alunos/as veem na sua passagem pelo Ensino Superior e por Coimbra a oportunidade para viverem novas situações e novas experiências onde podem testar os seus limites pessoais, tanto a nível físico como emocional.

Existem também diferenças evidentes nos padrões de saída noturna conforme os/as estudantes estejam ou não envolvidos/as em relações de namoro previamente à entrada no Ensino Superior. Aqueles/as que têm relações de namoro e as preservam ao longo do Ensino Superior, na sua maioria, não frequentam determinados espaços de diversão noturna, uma vez que em certos espaços o objetivo é o encontro ocasional de parceiros/as e a experiência. Mas, “o que se passa na noite fica na noite”. Uma ideia conhecida e partilhada por todos/as os/as estudantes.

Assim, no geral, a passagem pela Universidade é vista como um período de experimentação e de construção identitária, onde homens e mulheres descobrem e estabelecem os seus limites individuais. Estes limites são individuais mas delimitados pelos grupos em que participam, ou seja, pelo social e pelo coletivo.

OPINIÕES E EXPERIÊNCIAS SOBRE A PRAXE ACADÉMICA

A praxe académica

A entrada no Ensino Superior é um período marcado por uma nova dinâmica de saídas noturnas, pela frequência de espaços de diversão e pela participação em rituais

académicos cujo expoente máximo é, indubitavelmente, a praxe.⁹ Coimbra possui, de facto, um conjunto de tradições académicas, reativadas nos anos 80 após terem estado suspensas desde a crise académica de 1969, que marcam o percurso de quem entra na Universidade.

Dos/as 58 participantes nos grupos de discussão, apenas nove (15,5%) declararam não ter participado na praxe académica como caloiros/as. A participação na praxe enquanto “doutor”, isto é, com a prerrogativa de poder aplicar os rituais da praxe, é menor, uma vez que apenas 11 participantes (29%) dos 38 estudantes do 2º ao 5º ano, ou seja, estudantes que podem *praxar* os/as alunos/as do 1º ano afirmam não o ter feito. Finalmente, regista-se que apenas seis (10%) estudantes afirmam não participar nas principais festas académicas (Cortejo da Latada e Queima das Fitas).

Foi evidente no discurso dos/as estudantes a interiorização destes rituais como parte da vivência académica. Mesmo aqueles/as que optaram por não participar, observam, comentam e têm opinião sobre os mesmos. Ao entrar na Universidade de Coimbra o/a estudante é compelido a posicionar-se em relação aos rituais de praxe. De facto, entre outros rituais académicos, a praxe irá marcar a entrada e o percurso no Ensino Superior em Coimbra, com quem os/as estudantes se vão relacionar, os sítios que irão frequentar e as suas relações de sociabilidade e de convívio.

Um número significativo de estudantes descreve como principal função da praxe a integração. Esta é igualmente descrita como um espaço de aprendizagem das regras sociais, do trabalho de equipa e da cooperação pessoal. A noção de que a integração só é possível através da praxe faz com que muitos/as se sujeitem a rituais de praxe continuados, havendo mesmo situações em que os/as caloiros/as aceitam participar na praxe, acreditando na possibilidade de se sentirem integrados/as, mas que, ao não aceitarem algumas das regras impostas ou alguns dos rituais, acabam por se sentirem marginalizados/as. Os/as estudantes que optam por não participar nas praxes, fazem-no por não se identificarem com a ideologia que a sustenta, nomeadamente por considerarem que a hierarquia defendida legitima a submissão e a humilhação. Uma posição mais facilmente assumida pelos/as estudantes originários de Coimbra que sentem menor necessidade de recorrer à praxe como mecanismo de integração.

A praxe, como ritual de passagem e de integração, é marcada pela violência verbal e pela violência física, pela coação com vários graus de admissão pelos/as afetados/as, pela submissão, pela afirmação da hierarquia (doutores/caloiros) e da tradição. Alguns/mas participantes referem-se a esta praxe humilhante como “praxe suja”. Esta cultura da praxe legitima a submissão e a aceitação do instituído. Na sua maioria, os rituais são sexistas e de base claramente machista. Tal verifica-se também nos cânticos utilizados

⁹ No artigo 1.º do Código da Praxe, esta é definida como “o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da Universidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos”.

pelos diferentes grupos de praxe.

Apesar de existir um código de praxe, que grande parte dos/as participantes considera como regulador dos comportamentos e atitudes durante a aplicação dos rituais, a verdade é que muitos/as sabem que o mesmo não é cumprido havendo “quem praxa bem e quem praxa mal”. Há, de resto, Faculdades onde a praxe é muito forte e tradicionalista (Medicina e Direito¹⁰, por exemplo) e outros onde a praxe é aplicada de forma mais atenuada (por exemplo, em muitos dos cursos da Faculdade de Ciências e Tecnologias que são lecionados no Pólo II). A distância geográfica do Pólo II em relação ao espaço de origem e tradicional da Universidade de Coimbra (a Alta de Coimbra) não é uma explicação suficiente para tal facto, pois, na Faculdade de Desporto, localizada igualmente fora desse espaço, segundo os/as participantes, as praxes assumem um carácter mais radical, implicando, por exemplo, que os/as estudantes se sujem e que não haja separação entre praxes femininas e masculinas.¹¹

Para além das praxes masculinas e femininas partilharem os mesmos espaços e se entrecruzarem, a maioria dos/as estudantes não considera haver diferenças significativas entre ambas. Apesar de alguns/mas estudantes relatarem que as praxes masculinas se realizam de forma mais violenta, e com um maior cariz sexual, vários são os/as que referem que o mesmo se passa nas praxes femininas. Frequentemente realizam-se “despiques”, ou seja, uma competição entre grupos femininos e masculinos, através de canções com cariz sexual explícito mutuamente provocatórias. De resto, embora o código da praxe estabeleça que as praxes femininas e masculinas devam ser separadas, a realidade é que tal nem sempre é cumprido, e muitas vezes acabam por ser encontradas formas de contornar esta regra. Assim, verificam-se situações em que “doutores” utilizam rituais de praxe para colocar as “caloiras” em posição de submissão, e assim legitimar abordagens invasivas da sua liberdade individual. A praxe assume nestas situações um carácter sexista, com um claro perfil anti-emancipador para as mulheres.

Os rituais de praxe são inerentes à entrada no Ensino Superior e constituem uma realidade com que todos/as os/as alunos/as se confrontam. São rituais marcados por uma lógica patriarcal e sexista, em que o modelo hegemónico masculino, raramente é posto em causa. São ainda marcados pela violência e por um forte cariz sexual. Relativamente às mulheres, a praxe é totalmente anti-emancipatória. Paradoxalmente, a feminização do Ensino Superior não atenua esta realidade, pois as mulheres reproduzem rituais de praxe que integram uma clara violência sexual. Dominação, hierarquia e violência são,

¹⁰ Em Direito, por exemplo, devido ao elevado número de estudantes, estes organizam-se em tertúlias, femininas e masculinas, que marcam o percurso ao longo do Ensino Superior. São práticas de inclusão e de exclusão que definem com quem o estudante se irá relacionar ao longo da sua passagem pelo Ensino Superior.

¹¹ Os espaços mais simbólicos da Universidade, como, por exemplo, o Largo D. Dinis, as Escadas Monumentais e os espaços envolventes, são precisamente aqueles onde a praxe decorre de uma forma constante.

assim, os elementos que melhor caracterizam a praxe.

PAPÉIS E REPRESENTAÇÕES SOBRE MULHERES E HOMENS

Tentámos perceber junto dos/as estudantes as suas representações sobre os papéis a atribuir a mulheres e homens. E isto porque num universo de estudantes cada mais feminizado persistem modelos de referência e práticas pela dominação do patriarcado. Como bem refere,

“na verdade, a presença hoje francamente maioritária de mulheres entre a população universitária parece evidenciar cada vez mais o claro contraste entre essa realidade e a predominância de um universo estudantil onde continua a prevalecer, em todos os domínios da vida académica, a força do poder masculino. Isto, apesar de Coimbra e a sua universidade terem sido palco de importantes debates em torno do fenómeno, ou seja, de ter sido aqui desencadeado um dos primeiros movimentos de questionamento do lugar da mulher na sociedade” (Elísio Estanque 2011: 403).

No nosso estudo questionámos os/as estudantes sobre a definição de “ser mulher” e quais as primeiras imagens que lhe associam. Houve uma diversidade de opiniões, desde uma visão mais tradicional de mulher como ser frágil, submisso e sensível, a uma ideia mais emancipadora da mulher com poder de decisão, de liberdade e de responsabilidade. As descrições mais tradicionais da mulher foram apresentadas sobretudo pelos homens, e podem ser condensadas neste exemplo: “Tenho uma ideia protetora de mulher como ser muito frágil” (Homem, 3º ano de Direito, Coimbra).

As mulheres que participaram nos grupos de discussão destacam os aspetos positivos da mulher enquanto ser humano, nomeadamente, a sua capacidade de luta e de responsabilidade. Reconhecem, também, na questão da sensibilidade, uma dimensão positiva da sua personalidade. Destacam claramente a evolução face a períodos anteriores, às gerações das suas mães e avós, em que a liberdade e a educação das mulheres eram condicionadas e até negadas.

Apesar de vários/as participantes nos grupos de discussão defenderem que as diferenças entre homens e mulheres têm vindo a diminuir ao longo dos anos, a verdade é que as diferenças ainda existem naquilo que é socialmente esperado de cada um dos sexos. Essas diferenças, segundo os/as estudantes, são minimizadas com a entrada no Ensino Superior.

Influências familiares e culturais marcam a visão daquilo que é esperado de cada um dos sexos. Os meios mais rurais e conservadores ainda esperam que as mulheres se comportem de forma tradicional, isto é, que se comportem dentro de “limites”, que não cometam excessos, como, por exemplo, não consumir bebidas alcoólicas, fumar, sair à

noite ou envolver-se em relações ocasionais. Apesar de alguns/mas estudantes contestarem esta diferença em termos do Ensino Superior, a verdade é que todos a identificam como sendo ainda muito comum em muitas famílias.

De resto, a mulher que ultrapassa os limites será mais censurada do que o homem. Algumas das críticas aos comportamentos mais extremos das mulheres são avançadas pelas próprias mulheres que participaram no nosso estudo, exercendo um controlo moral e comportamental. A mulher que mais recorre à maquilhagem, que veste saias mais curtas, e que toma a iniciativa de abordar um homem desconhecido é criticada, e considerada pelo grupo feminino como “leviana”. O vestir de forma mais ousada, no caso das mulheres, é visto por homens e mulheres como indicador de intenções de conquista e de sedução. Uma vez mais, as mulheres são aquelas que manifestam uma opinião crítica mais marcada quanto a estes comportamentos. Há a perceção generalizada, tanto em homens e mulheres, que as mulheres que vestem roupas ousadas estão a emitir sinais claros de convite, que são “mais dadas” e, por isso, serão mais abordadas sexualmente. Subsiste, no entanto, uma pequena minoria dos/as participantes no nosso estudo que considera que a mulher se veste de determinada forma por vontade própria e por gosto pessoal e não porque tenha intenções de sedução e de conquista, assumindo que esses comportamentos denotam uma liberdade adquirida.

Apesar dos/as participantes nos nossos grupos de discussão considerarem que as diferenças se têm esbatido em relação ao que é esperado de homens e mulheres, principalmente no Ensino Superior, muitos/as reconhecem ainda a imagem da boémia como sendo algo exclusivo dos homens. Ou seja, quando se pede para falar do que é “ser homem”, sobretudo no contexto da academia, a referência ao homem *boémio* emerge de forma clara. O homem boémio é uma referência que permite aos estudantes do sexo masculino avaliarem a sua própria trajetória no Ensino Superior e pautar comportamentos e formas de expressão académica e relacional. É esperado do estudante universitário que viva a sua passagem pelo Ensino Superior com grande liberdade. A noção de homem boémio tem implícita a ideia do homem que goza a vida e é dominador face às mulheres. De forma explícita, a organização dos espaços de convívio e dos rituais exigem aos homens que se comportem de determinada forma, que se ajustem às expectativas sedimentadas por anos de convívio académico. Uma ideia reforçada pelo uso da imagem da mulher como “chamariz” em espaços de diversão noturna, comum em Coimbra, consubstanciado nas *ladies’ night* ou nas “noites do semáforo”, em que os/as estudantes vestem verde, laranja ou vermelho consoante estejam disponíveis ou não para relações sexuais ocasionais.

Neste período de experimentação que constitui a passagem pelo Ensino Superior, as mulheres afirmam-se como estando a testar os seus limites individuais. Segundo vários/as participantes, tanto do sexo masculino como do sexo feminino, as mulheres tendem a fazê-lo através de um maior consumo de álcool ou com o envolvimento em

relações ocasionais. No entanto, o comportamento das mulheres não se distingue muito do dos homens, diferindo apenas o grau de censura que lhes é imposto. De facto, os/as estudantes são unânimes no reconhecimento de que a vontade de experimentação (principalmente no consumo de álcool e nas relações ocasionais), é comum a ambos os sexos enquanto experiência vivida da passagem pelo Ensino Superior.

Sedução e conquista, relações ocasionais e namoro

Na sequência da abordagem das representações sobre a masculinidade e a feminilidade, quisemos saber como é que os/as estudantes veem o processo de sedução, as relações de namoro e as relações ocasionais no contexto do Ensino Superior, e as diferenças de papéis que encontram para cada um dos sexos.

Começámos, assim, por pedir que os/as participantes definissem o que entendem por sedução. Os/as estudantes consideram que a sedução e a conquista são processos de aproximação entre duas pessoas, marcados não só pela comunicação verbal mas, sobretudo, pela comunicação não-verbal. No entanto, os/as estudantes destacam diferenças significativas entre a sedução realizada de “dia”, quando se quer uma relação séria, daquela que acontece no período da “noite” e que tem como principal objetivo uma relação ocasional.

Também a sedução é vista como apresentando diferenças entre homens e mulheres. No jogo de sedução continuam a desenrolar-se papéis claros de *homem conquistador* e *mulher conquistada*, mas sedutora. É esperada uma atitude mais proactiva dos homens. No entanto, começa a ser visível o investimento feminino no ato da sedução, mesmo que o mesmo não seja visto por todos os homens como um real sinónimo de emancipação feminina. Os homens consideram que as mulheres desempenham um papel ativo no jogo da sedução, no que à escolha do parceiro diz respeito. Assim, “sinais” como o vestir, a forma de se mover, dançar, olhar, expressam manifestações claras da disponibilidade para um relacionamento ocasional.

No jogo da sedução tudo é permitido, no entanto os limites são necessariamente os limites da pessoa que seduz e da pessoa seduzida, e variam em função do tipo de relação que se pretende ter: mais estável e duradoura ou, pelo contrário, ocasional. Foi privilegiadamente sobre estas últimas que os/as estudantes incidiram nos grupos de discussão.

O álcool e o contexto das saídas noturnas potenciam as situações de sedução rápida e com o único objetivo de relações ocasionais. Estas relações ocasionais são divididas em dois tipos: as que duram alguns meses e funcionam de forma pontual (relações curtas, *coloridas*, abertas) e, as mais frequentes, as relações de apenas uma noite (*one night stand*). O álcool, para além de potenciar as situações de relacionamento ocasional, pelo grau de desinibição que permite, é muitas vezes invocado para servir como factor de desculpabilização para alguns dos comportamentos transgressores dos limites pessoais.

Uma vez mais diferem as imagens e as perceções construídas em torno dos homens

e das mulheres que se envolvem em relações ocasionais. Os homens são bem vistos por se relacionarem com diversas mulheres, enquanto as mulheres que se relacionam com vários homens são etiquetadas por muitos/as dos/as nossos/as participantes como sendo “fáceis”, “levianas”, etc.

Finalmente, pedimos aos/às participantes que descrevessem as situações de namoro e como as mesmas são vividas na Universidade. Para os/as estudantes o namoro é uma relação séria e que implica respeito pelo outro e por si próprio. No entanto, vários/as referiram ser difícil manter os relacionamentos amorosos que tinham antes da entrada no Ensino Superior, já que este é um espaço de experimentação e que a existência de relações sérias prévias inviabiliza essa experimentação.

EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIAS

A abordagem dos conceitos que os/as estudantes têm de abuso e de violência sexual foi um dos momentos mais fraturantes nas sessões de discussão. Apesar das diferentes noções de abuso e violência sexual expressas pelos/as estudantes, existe uma ideia comum de que a violência sexual acontecerá sempre que for ultrapassado um limite. Esse limite, estabelecido individualmente, refere-se sempre às situações em que não é respeitada a vontade de alguém.

A violência sexual foi identificada em alguns/mas estudantes no contexto das praes, nomeadamente em determinadas práticas em que são obrigados/as a obedecer a ordens que levam a comportar-se para lá dos seus limites individuais. A censurabilidade da violência manifestou-se sobretudo no que concerne à violência física. No entanto, a violência psicológica parece minimizada e normalizada pelos rituais da praxe académica.

Os/as participantes consideraram que nas relações de namoro, por serem mais fechadas, é mais difícil detetar situações de violência. Além disso, quando se está numa relação de namoro tem-se tendência para desvalorizar os primeiros sinais de violência. Pedimos, assim, aos/às estudantes que descrevessem situações que conhecessem de violência nas relações de intimidade no contexto da Universidade. As situações descritas focaram, no geral, relações de namoro. Os/as participantes estavam conscientes da pertinência e relevância da discussão sobre a violência nos relacionamentos íntimos, considerando a implicação que a mesma tem em termos de relacionamentos futuros, e conseguiram identificar as diferentes formas de abuso (físico, psicológico e sexual). A maioria dos/as participantes condenou igualmente o uso da violência na intimidade. No entanto, alguns/mas participantes apresentaram discursos que contribuíam para a minimização e desculpabilização de certas formas de violência. As perceções dos/das participantes traduziam, ainda, a presença de estereótipos sociais.

Apesar de noutros momentos da discussão se terem abordado intensivamente

as relações sexuais ocasionais, quando se abordou o tema da violência, os/as estudantes tenderam a referir que essa não existe nas relações ocasionais. A percepção de que alguns comportamentos não configuram situações de violência ou de abuso (a invasão de privacidade, o toque não consentido, por exemplo), poderá dever-se, é a nossa hipótese, à banalização dos mesmos no contexto do mundo académico.

A maioria dos/as estudantes declara não saber como intervir em situações de violência física mas também psicológica. Se nos seus círculos de amizade podem intervir e alertar os/as colegas quando detetam situações de violência ou abuso, fora dos mesmos optam por não se envolverem.

O grupo de pares nas saídas noturnas tem um papel essencial no controlo de situações extremas, como, por exemplo, o envolvimento com desconhecidos/das sob o efeito do álcool. Os/as estudantes referem que saem normalmente em grupo e que se protegem dentro do grupo. As mulheres são frequentemente “protegidas” pelas amigas, sobretudo quando alcoolizadas, sendo alertadas para o que possam estar a fazer. São também protegidas pelos colegas do sexo masculino, que impedem a entrada de outros elementos estranhos ao grupo. Os pares, os amigos, podem intervir quando acham que a colega pode estar embriagada, pode correr perigo ou é interpelada por um “desconhecido”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recapitulando, em linhas gerais, o nosso estudo demonstrou que os papéis e as expectativas que recaem sobre as alunas do Ensino Superior em Portugal oscilam entre uma lógica tradicional de respeitabilidade e de preservação de uma conduta considerada adequada pela família de origem e pelos pares e colegas, e o desejo de liberdade, de procura, de transgressão e de instituição de novos modelos de comportamento.

Ao entrar na Universidade, o/a estudante tem de se posicionar face aos rituais da praxe e cumprir, paralelamente, as expectativas que se colocam ao/a estudante do Ensino Superior. As práticas de praxe com as suas fortes conotações sexuais normalizam as situações de violência psicológica e o papel subordinado das mulheres, projetando-se nas práticas quotidianas e nas definições identitárias dos homens e das mulheres estudantes.

A passagem pela Universidade é vista como um período de experimentação e construção identitária durante o qual homens e mulheres descobrem e estabelecem os seus limites individuais. Estes limites são individuais mas influenciados pelo social e pelo coletivo.

Os limites individuais e a forma como se gere a nova liberdade marcam o percurso na Universidade. O elemento que pode potenciar situações extremas é o álcool. O álcool assume um papel fundamental nos espaços de convívio e nas formas de relacionamento. Enquanto factor de desinibição permite, tanto a homens como mulheres, a vivência de

novas experiências de relacionamento, principalmente ocasionais. A necessidade de experimentação, o álcool e as saídas noturnas potencializam as situações de sedução rápida e com o único objetivo de relações ocasionais.

Uma das conclusões à qual foi possível chegar por via dos grupos de discussão foi a de que, enquanto na sociedade em geral há uma maior consciência da violência como crime e uma tendência para uma maior atenção e possível denúncia, tal não se verifica nos/as estudantes que participaram nos grupos de discussão. Isto porque reportam o conceito de “violência doméstica” a outras gerações e a outras realidades que não as deles/las. A especificidade do mundo académico molda as percepções dos fenómenos e também oculta muitas realidades. Os limites do que é considerado violência são individuais, sendo claro que o limite foi ultrapassado sempre que se gera um sentimento de desconforto para o indivíduo.

Assim, a diferença que os/as estudantes do Ensino Superior percecionam como sendo a sua em relação à sociedade em geral não lhes dá as ferramentas para se mobilizarem em situações que não consideram como configurando atos de violência, tanto nas praxes como nas relações de intimidade. O radicalismo das situações que experienciam, nas noites de relações ocasionais ou nos longos dias de praxe, não propiciam práticas de prevenção da violência. A nosso ver, as práticas de prevenção só emergirão a partir da consciencialização de que a violência doméstica também os/as interpela, que os pequenos atos de coação no quotidiano pelos namorados e pelas namoradas pode ser o início de um longo percurso de vitimização, e que a cidadania só é possível em liberdade e sem qualquer forma de dominação e de hierarquia.

Assim, o espaço de transição da vida académica não pode ser vivido como um espaço de negação da cidadania. O radicalismo que permite experimentar os limites, que permite a liberdade extrema, essencial nas redefinições identitárias, de se saber a quem pertencemos nesta procura em conjunto, só é possível como processo de construção de um mundo comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGRAD, Michele. 1990. "Feminist perspectives on wife abuse. An introduction". In Kersti Yllö; Michele Bograd (Eds.), *Feminist Perspectives on Wife Abuse*. London: Sage, 11-26.
- CARIDADE, Sónia. 2011. *Vivências Íntimas Violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Editora Almedina.
- CARIDADE, Sónia; MACHADO, Carla. 2008, "Violência sexual no namoro: relevância da prevenção", *Psicologia*, XXII(1): 77-104.
- CARIDADE, Sónia; MACHADO, Carla. 2006. "Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração". *Análise Psicológica*. XXIV(4): 485-493.
- CASIMIRO, Cláudia. 1998. *Representações Sociais da Violência Conjugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- DANTAS-BERGER, Sônia; GIFFIN, Karen. 2005. "A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?". *Caderno de Saúde Pública*. 21(2): 417-425.
- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. 2005. (Eds.) *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- DIAS, Ana; MACHADO, Carla. 2011. "Amor e violência na intimidade: da essência à construção social". *Psicologia & Sociedade*. 23(3): 496-505.
- Direcção-Geral de Administração Interna. 2010. Violência Doméstica 2010. Ocorrências participadas às forças de segurança. Disponível em: http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/VD_Relatorio%20Anual_2010_2_5_2011.pdf. Consultado em: 14.12.2011.
- DUARTE, Ana Patrícia; LIMA, Maria Luísa. 2006. "Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses". *Psychologica*, 43: 105-124.
- DUARTE, Madalena. 2013. *Para um direito sem margens: representações sobre o direito e a violência contra as mulheres*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- ESTANQUE, Elísio. 2007. "Cultura académica e movimento estudantil em Coimbra". *Teoria e Pesquisa*. 16(2): 7-28.
- ESTANQUE, Elísio. 2011. "Cultura estudantil, 'repúblicas' e participação cívica na Universidade de Coimbra". In Victor Sérgio Ferreira (Org.), *Jovens e Rumos*. Lisboa: ICS: 395-414.

- FERREIRA, Virgínia (Org.). 2007. *Estudo de avaliação do II Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género*. Relatório final para a Comissão para a Cidadania e a igualdade de Género.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. 1967. *The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldine de Gruyter.
- HALPERN, Carolyn Tucker et al. 2000. “Partner violence among adolescents in opposite-sex romantic relationships: Findings from the National Longitudinal Study of Adolescent Health”. *American Journal of Public Health*. 91(10): 1679–1685.
- KAUFMANN, Jean-Claude. 2011. *L’entretien compréhensif. L’enquête et ses méthodes*. Paris: Armand Colin.
- KOSS, Mary P. 1988. “Hidden rape: Sexual aggression and victimization in a national sample of students in higher education”. In Ann Wobert Brugess (Ed.), *Rape and sexual assault*. New York: Garland: 3-25.
- KRUEGER, Richard. 1997. *Developing Questions for Focus Groups*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- LISBOA, Manuel (Org.). 2009. *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- LOURENÇO, Nelson et al. 1997. *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- MACHADO, Carla. et al. 2003. “Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária”. *Psychologica*. 33: 69-83.
- MACHADO, Carla et al. 2008. “Escala de crenças sobre violência conjugal”. In: L. S. Almeida et al. (Orgs.). *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa*. Coimbra: Quarteto: 134-149.
- MATOS, Paula Mena. 2006. “Relações românticas em adolescentes”. *Psychologica*. 41: 9-24.
- MAUTHENER, Natasha; Dooreta, Andrea. 1998. “Reflections on a voice-centered relational method. Analysing maternal and domestic voices”. In: Jane Ribbens e Rosalind Edwards (Coords). *Feminist dilemmas in qualitative research. Public knowledge and private lives*. London: Sage Publications: 119-146.
- MENDES, Fernanda. 2006. *Percursos da violência: Da família de origem à conjugabilidade. Um estudo com jovens adultos a frequentarem o Ensino Superior*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da

Universidade do Porto.

- MORGAN, David. 1998. *Planning Focus Groups*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- NEVES, Sofia. 2012. *Intervenção Psicológica e Social com Vítimas*. Volume II - Adultos. Coimbra: Livraria Almedina.
- OLIVEIRA, Madalena; SANI, Ana. 2005. “Comportamentos dos jovens Universitários face à violência nas relações amorosas”. In: Bento Silva e Leandro Almeida (Coords), *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: Centro de Investigação em Educação.
- PAIS, Elza. 1998. *Homicídio Conjugal em Portugal: Ruturas violentas da conjugalidade*. Lisboa: Hugin.
- PAIVA, Carla; FIGUEIREDO, Bárbara. 2003 “Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos”. *Psicologia, Saúde & Doenças*. 4(2): 165-184
- PAIVA, Carla; FIGUEIREDO, Bárbara. 2004. “Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses”. *Psychologica*. 36: 75-107.
- PEREIRA, Andreia; MATOS, Marlene; MACHADO, Carla. 2006. “Violência na conjugalidade: Um estudo exploratório sobre as narrativas da vítima”. *Psychologica*. 41: 119-150.
- RANDALL, M.; HASKELL, L. 1995. “Sexual violence in women’s lives: Findings from the Women’s Safety Project, a community-based survey”. *Violence Against Women*. 1: 6-31.
- SANTOS, Boaventura de Sousa et al.. 1996. *Os Tribunais nas Sociedade Contemporâneas: O Caso Português*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa et al. 2004. *Inquérito à Opinião Pública sobre o Funcionamento dos Tribunais em Portugal*. Coimbra: CES.
- SANTOS, Boaventura de Sousa et al.. 2012. *Trajetórias de Esperança: itinerários institucionais de mulheres em situação de violência doméstica*. Coimbra: CES.
- SIVERMAN, Jay et al. 2001. “Dating violence against adolescent girls and associated substance use, unhealthy weight control, sexual risk behavior, pregnancy, and suicidality”. *Journal of American Medical Association*. 286(5): 572-579.
- SMITHSON, Janet. 2008. “Focus groups”. In: Pertti Alasuutari et al. (Eds.). *The Sage Handbook of Social Research Methods*. London: Sage Publications: 357-370.
- SCHWARTZ, Martin; DEKESEREDY, Walter. 1997. *Sexual Assault on the College Campus: The Role of Male Peer Support*. Thousand Oaks: Sage Publications.

- STRAUSS, Anselm. 1993. *Continual Permutations of Action*. New York: Aldine de Gruyter.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. 1990. *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*. Newbury Park: Sage
- TAVARES, Manuela. 2011. *Feminismos, Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto Editora.
- WEISZ, Arlene; BLACK, Beverly. 2009. *Programs to Reduce Teen Dating Violence and Sexual Assault: Perspectives on What Works*. New York: Columbia University Press.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. 2002. *The World Report on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization.

VIOLENCE AND INTIMATE RELATIONSHIPS IN PORTUGUESE HIGHER EDUCATION: REPRESENTATIONS AND PRACTICES

ABSTRACT

This article presents the main results of a project that proposed to study the perceptions and behaviours of Higher Education students in Portugal related to violence in intimacy relationships. If the thematic of violence in intimate relationships has acquired some salience in Portugal, the present study shows that higher education students dissociate themselves from this trend, and do not denounce violent episodes or even activate preventive measures concerning violence. These results must be understood taking into account the specific logics and behaviours of Higher Education students. Universi-

ty entry and the subsequent academic trajectory can be defined as a transition period where one is confronted with the imperative of identitarian redefinition based on experimentation and on the definition of personal and group limits. In the present article, based on focus groups collected data, the specificity of Higher Education students' world in Portugal is analysed through the study of the way students adapt to academic rituals, of the negotiations related to the definitions of women and men roles, the spaces of conviviality and seduction logics.

KEYWORDS

Violence, intimate relationships, rituals, higher education, Portugal.

SUBMETIDO EM

Agosto de 2013

APROVADO EM

Maior de 2014

SOBRE OS AUTORES

JOSÉ MANUEL MENDES

Doutorado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde exerce as funções de Professor Auxiliar com Agregação. Pesquisador do Centro de Estudos Sociais.
Contato: jomendes@fe.uc.pt.

MADALENA DUARTE

Mestre e doutora em sociologia é pesquisadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
Contato: madalena@ces.uc.pt.

PEDRO ARAÚJO

Pesquisador do Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado e membro do Núcleo de Estudos. Doutor em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Contato: paraujo@ces.uc.pt.

RAFAELA LOPES

Mestrado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Pesquisadora Júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Contato: rafaelalopes@ces.uc.pt.